

SILENCIAMENTOS DE GÊNERO E SEXISMO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA¹

Bruna de Oliveira Gonçalves²
Raquel Quirino³

Resumo: Os dados do Censo Demográfico do IBGE (BRASIL, 2014) demonstram que, embora tenham mais escolaridade do que os homens, as escolhas das mulheres por determinadas áreas de atuação, em detrimento de outras, originam o fenômeno denominado “segregação horizontal”, na qual a presença delas nas áreas tecnológicas é inexpressiva. Por sua vez, como as profissões de mais prestígio e remuneração no mercado de trabalho são as das áreas mais tecnologicadas, a baixa participação das mulheres nesses setores acarreta outro fenômeno de desigualdade, a “segregação vertical”, na qual os rendimentos femininos ficam aquém dos recebidos pelos homens e elas dificilmente alcançam níveis de prestígio e poder nas carreiras. Adotando o conceito de gênero, proposto por Scott (1986), como uma categoria relacional e, tendo como unidades de análise Cursos Técnicos de Nível Médio do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), o presente artigo, derivado de uma pesquisa de Mestrado em Educação ainda em andamento, problematiza e visa identificar e analisar, segundo as percepções de alunos e alunas, as relações de gênero e o sexismo presentes na Educação Profissional e Tecnológica. Ampara-se nas prerrogativas de Hirata e Kér goat (2007), nas quais as relações assimétricas e antagônicas entre homens e mulheres têm sua base material na divisão sexual do trabalho. Destarte procura ultrapassar a análise fenomenológica e a perspectiva simbólica dessas diferenças que se revestem em desigualdades entre os sexos.

Palavras-chave: Relações de Gênero. Educação Tecnológica. Divisão sexual do trabalho.

1. INTRODUÇÃO

A análise demográfica do censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quanto às estatísticas de gênero, revela que no Brasil o nível educacional das mulheres é maior que o dos homens. A maior diferença percentual está no nível superior completo, em que a proporção de pessoas do sexo feminino que completaram a graduação é 25% superior que a das de sexo masculino (BRASIL, 2014). Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2014) também evidenciam maior escolaridade feminina do ensino superior, tanto nos números de ingressantes, quanto no número de matrículas e de concluintes.

No entanto, em se tratando de áreas de formação, as escolhas delas por determinadas áreas em detrimento de outras implicam em uma relação assimétrica no mundo do trabalho. O fenômeno

¹ Pesquisa realizada com recursos do Programa Institucional de Fomento à Pesquisa do CEFET-MG – PROPESQ e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG

² Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação Tecnológica do CEFET/MG, Belo Horizonte, Brasil

³ Professora Doutora Adjunta do Programa de Pós Graduação em Educação Tecnológica do CEFET-MG, Belo Horizonte, Brasil.

que auxilia na compreensão das mulheres serem levadas a fazer escolhas e seguir caminhos marcadamente diferentes daqueles escolhidos ou seguidos pelos homens é conhecido como “segregação horizontal”. Quanto à dificuldade delas de ascenderem profissionalmente denomina-se “segregação vertical” ou “teto de vidro” (OLINTO, 2011).

Os princípios organizadores da divisão sexual do trabalho propostos por Hirata e Kergoat (2007) corroboram esses fenômenos. O primeiro princípio, denominado **Princípio da Separação**, preconiza a existência de trabalhos destinados aos homens e outros destinados às mulheres; o segundo, **Princípio Hierárquico** determina que um trabalho realizado por homens tem valor monetário e social superior ao realizado por mulheres.

Diante do exposto, o presente artigo discute a divisão sexual do trabalho como forma que permite a compreensão das práticas sociais permeadas pelas construções de gêneros a partir de uma base material. Dessa forma, as relações assimétricas e antagônicas existentes entre homens e mulheres na sociedade estão assentadas na categoria “trabalho” e em sua divisão desigual entre os sexos (Hirata e Kergoat, 2007).

Este trabalho, derivado de uma pesquisa de Mestrado em Educação Tecnológica ainda em andamento, visa discutir teoricamente a divisão sexual do trabalho como base material das relações sociais antagônicas e conflituosas entre homens e mulheres na sociedade e, tomando como base empírica os relatos das pesquisas desenvolvidas por Leão (2017) e Lopes (2016) apresentar, segundo a percepção de alunos/as de Cursos Técnicos de Nível Médio do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), as relações de gênero e o sexismo presentes na Educação Tecnológica.

2. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: Breves considerações

Para Hirata e Kergoat (2007), “a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão social do trabalho que decorre das relações sociais entre os sexos”. Trata-se de uma relação modulada histórica e socialmente e tem como característica a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social agregado ((HIRATA e KERGOAT, 2007:599).

As pesquisadoras afirmam, ainda, que pensar em termos de divisão sexual do trabalho permite ir bem além da simples constatação das desigualdades. É preciso ultrapassar a acepção sociográfica, considerando que as desigualdades são sistemáticas e essa diferenciação está

articulada com os processos que a sociedade utiliza para hierarquizar as atividades e também o sexo, criando um sistema de gênero (idem, ibidem: 596).

Cisne (2014:888-889) corrobora com essa ideia quando afirma que “a divisão sexual do trabalho deve ser entendida como base das assimetrias e hierarquias contidas nessa divisão, e que se expressam nas carreiras, nas qualificações e nos salários entre os sexos”, sendo a “base estruturante da exploração e da opressão da mulher”.

Para Helena Hirata e Daniele Kergoat (2007:599), “essa forma particular da divisão social do trabalho está apoiada em dois princípios organizadores”. O primeiro deles, o da separação, anuncia que existem trabalhos de homens e de mulheres. Já o segundo, o princípio da hierarquia, reflete o “valor” superior atribuído ao trabalho do homem em relação ao da mulher.

Para elucidar a divisão da precarização do trabalho, Hirata (2009:25) diz sobre a “necessidade de que se recorra à dimensão extratrabalho, principalmente à relação entre os homens e as mulheres no universo doméstico”.

Sousa e Guedes (2006:123) confirmam que “a flexibilização entre os espaços reprodutivo e produtivo tem contribuído com a possibilidade de participação feminina no mundo produtivo, mas não reveste o afastamento dos homens do mundo doméstico”. Por sua vez, Cisne (2014:88), afirma que a divisão entre essas esferas fortaleceu a hierarquia e a desigualdade entre homens e mulheres.

Em se tratando de dados quantitativos, de acordo com o IBGE (BRASIL, 2014:119), “nos últimos 40 anos, a proporção de mulheres em idade ativa ocupadas mais que dobrou, no entanto, a responsabilidade pelas atividades domésticas e de cuidados continua sendo uma atribuição das mulheres praticamente de forma exclusiva”.

Nesse contexto, Hirata e Kergoat (227:599) afirmam que “o trabalho doméstico tem sido menos estudado, recorrendo a ele como se fosse apenas um apêndice do trabalho assalariado”. Entretanto, para entender a divisão sexual do trabalho é necessário “analisar não apenas a esfera da reprodução, mas sua relação com a reprodução social” (CISNE, 2014: 90). A autora faz uma discussão sobre a apropriação do trabalho reprodutivo como parte integrante do modo de produção capitalista, evidenciando que esse modo de produção se apoia na exploração do trabalho doméstico da mulher, assim como na exploração da forma de trabalho feminina na esfera produtiva, uma vez que as mulheres recebem baixos salários e são desvalorizadas. Para a teórica, “mesmo quando a família não assegura a reprodução social por meio do trabalho doméstico, é o trabalho feminino desvalorizado e mal remunerado na esfera produtiva que a garante via de regra” (CISNE, 2014: 85-86).

3. ABORDAGEM DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO

De acordo com a análise feita pelo IBGE (BRASIL, 2014:119), o rendimento das mulheres não se iguala ao masculino em nenhuma das consideradas “áreas gerais”. Para o Instituto, a desigualdade de rendimento é resultado, em grande medida, de uma inserção diferenciada por sexo no mercado de trabalho, já que mulheres estão, em maior número, em ocupações precárias, de baixa qualificação, pouco formalizadas e predominantemente no setor de serviços, como é o trabalho doméstico. As áreas gerais de formação nas quais as mulheres de 25 anos ou mais de idade estão em maior proporção (Educação (83,0%) e Humanidades e Artes (74,2%)), são as que possuem os menores rendimentos médios mensais entre as pessoas ocupadas, independentemente do setor onde trabalhem (BRASIL, 2014: 107).

Para a Fundação Carlos Chagas (2007), as mulheres recebem menos que os homens independentemente do setor de atividade em que trabalham. Apesar da relação de que quanto maior a escolaridade, maiores são as possibilidades de rendimentos ser válida para ambos os sexos, a Fundação discute que isso se aplica mais entre os homens do que às mulheres. O IPEA (2012) analisa que ainda que a mulher tenha uma renda superior e seja considerada chefe de família, ela sempre despende mais tempo com afazeres domésticos do que os homens nas mesmas posições. Além disso, quando o número de horas gasto com atividades domésticas das mulheres ocupadas é comparada ao dos homens desocupados, elas despendem quase 10 horas a mais que eles, ainda que estejam sem ocupação (IPEA, 2012: 8).

Quando analisados sob as perspectivas das teorias de Olinto (2011) e de Hirata e Kergoat (2007), os dados apresentados corroboram a ideia de segregação horizontal e segregação vertical, assim como são evidenciados os dois princípios organizadores da divisão sexual do trabalho. Assim como o primeiro princípio organizador anuncia que existem trabalhos de homens e trabalho de mulheres, a segregação horizontal evidencia que a escolha profissional das mulheres são marcadamente diferente das dos homens. Em sua grande maioria, conforme os dados apresentados, as escolhas profissionais das mulheres são para áreas e profissões hegemonicamente femininas, nas quais prevalecem a prestação de serviços, a organização, a limpeza, como um prolongamento das tarefas domésticas. Já o princípio da hierarquia, ou seja, aquele no qual as atividades desenvolvidas por homens têm valor superior às exercidas pelas mulheres, pode associado à ideia de segregação vertical, denotando uma dificuldade maior, porém sutil, para as mulheres ascenderem profissionalmente. Essa exclusão é evidenciada pela metáfora do teto de vidro, que, segundo Lima (2013:3), é um conceito que

contribui para o entendimento de duas importantes questões: 1) a transparência do vidro, que se refere à ausência de barreiras formais/legais que impeçam a participação de mulheres em cargos e posições de poder, ou seja, as dificuldades das mulheres não podem ser medidas somente pela ausência de dispositivos legais contra sua atuação profissional; e 2) a posição do teto, que representa que há um entrave para ascensão das mulheres, dessa forma, é possível que elas transitem pelas posições dispostas na carreira até um determinado ponto: o topo de uma determinada profissão. (LIMA, 2013: 3)

Olinto (2011) anuncia indubitáveis conquistas das mulheres na educação e no trabalho, assim como a participação delas é crescente nas carreiras de ciência e tecnologia. Entretanto, apesar dos avanços, a autora discute que crenças, valores e atitudes socialmente estabelecidos formam estereótipos sobre habilidades diferenciadas por sexo e influenciam as escolhas que as mulheres fazem. Sobre essas escolhas, Olinto diz que

fica evidenciado que as meninas consideradas no estudo tendem a mencionar, em proporções altas e muito maiores do que os meninos, áreas já previamente consideradas femininas, como serviços de saúde. O Brasil na verdade é o país, entre aqueles incluídos no estudo, que mais recebe menções à área de saúde como carreira planejada por parte das meninas: quase 30%, em comparação com menos de 15% dos meninos. Fazer carreira nas áreas de engenharia ou computação, em contrapartida, é escolha marcante entre os meninos. Essas diferenças de gênero nas escolhas de carreiras, observadas no Brasil, seguem de perto a média dos países da OCDE (OLINTO, 2011: 70)

A teórica traz dados que comprovam uma radical segmentação por gênero nas carreiras exatas e da saúde, sendo eles os predominantes nas carreiras exatas e as mulheres absorvidas de forma maciça nas ciências da vida e humanidades.

4. AS RELAÇÕES DE GÊNERO EM CURSOS TÉCNICOS DO CEFET/MG

Leão (2017) e Lopes (2016) pesquisaram sobre as relações de gênero tendo como lócus de pesquisa cursos técnicos de nível médio o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Leão (2017) analisou as representações sociais de gênero dos/as estudantes do curso técnico de nível médio em Hospedagem, enquanto que Lopes (2016) analisou as escolhas de alunas por determinados cursos em detrimento de outros, por meio de entrevistas semiestruturadas nos cursos de Mecânica e Hospedagem.

Lopes (2016: 72) destaca na fala das alunas o sexismo presente entre os/as professores/as, os/as próprios/as alunos/as e a instituição como um todo. Há, segundo a pesquisadora, a reafirmação constante na fala de professores que revelam a “inadequação feminina para o curso de mecânica” (LOPES, 2016: 72), conforme aponta a entrevistada Lívia:

A gente estava na aula e o professor deu exemplo “Ah, desde o tempo de Adão”, alguma coisa assim, e a gente questionou “porque não Eva?” e ele falou, “Porque o mundo é machista” e a gente falou “Só porque o mundo é machista todo mundo tem que ser machista?” e aí ele começou a falar, falar e falar. Num outro evento, que foi semana passada, ele disse tipo “Porque o feminismo prejudicou muito mais as mulheres do que ajudou” e a gente ficou assim (expressão de espanto) “Porque hoje as mulheres, elas tem que dividir a conta, hoje as mulheres têm que abrir a própria porta.” Aí a gente falou assim: “eu prefiro abrir a minha própria porta e ter uma visibilidade do que o contrário, porque por mais que o mundo ainda seja machista, anos atrás eu era queimada por fazer uma reunião com mulheres e se hoje eu tenho que abrir a minha porta, eu prefiro abrir a porta do que ser queimada.” E não foi só isso, sabe? Foram outros eventos de machismo também e esses professores são antigos no CEFET. Então eu fico pensando, quantas vezes eles disseram isso? E tem aquela velha história, se você dá aula numa sala de homens, que só tem homens, é uma coisa, quando você dá aula pra meninas, o tratamento é diferente, então eu fico pensando, se a gente estava lá, e eles disseram isso, imagina se a gente não estivesse, é realmente um circo de horrores, eu acho. (Fala de Lívia, estudante de mecânica, em LOPES, 2016: 72).

Lívia, sujeito de pesquisa de Lopes (2016), também cita uma fala sexista de um professor que alega: “Se o seu desenho não ficar limpinho você não vai casar” (LOPES, 2016, 83).

Sobre o curso de Hospedagem, Lopes destaca o sexismo no sentido de coloca-lo como de menor valor, diante de outros da área de exatas, “como um corpo estranho à instituição de base tecnológica” (LOPES, 2016: 72). A entrevistada Anna evidencia isso quando afirma:

Muito sexismo, a gente tem muito isso. Esse ano aconteceu várias vezes de professores desvalorizarem o curso, que é curso de mulher, que se você é mulher, tem que fazer hospedagem, tem gente que fala que hospedagem não deveria existir porque é curso de mulher. Que o CEFET é lugar para homem, não é escola para mulher, então tem bastante ainda. (Fala de Anna, estudante de Hospedagem, em LOPES, 2016:73).

As falas que divergem dessa realidade evidenciada nas perspectivas de estudantes que enxergam o sexismo de forma múltipla na Instituição foram entendidas por Lopes (2016:73) como “estratégias de resistência”, o que, para Bandeira (2009:405) compreende “estratégias e dinâmicas de rejeição e de luta desencadeadas pelas mulheres contra padrões, papéis e normas de comportamentos culturais e sociais desiguais que lhes foram impostos e que hierarquizam os sexos”.

Leão (2017), por sua vez, ao analisar as falas dos estudantes do curso técnico em Hospedagem do CEFET-MG, solicita aos sujeitos de pesquisa que apontem as dificuldades encontradas por ser menina ou menino e as de frequentar a referida formação técnica no CEFET-MG. O autor afirma que as falas mostram “que olhares externos – de estudantes matriculados em outros cursos – são carregados de representações sexistas que tende não só a desqualificar a

presente qualificação como os sujeitos lá inseridos” (LEÃO, 2017: 82). Além disso, o pesquisador diz que os conteúdos ditos pelos estudantes “sugerem que as representações, acerca da formação em Hospedagem, consideram a qualificação como própria de meninas e não de meninos” (LEÃO, 2017: 83).

Talita, um dos sujeitos de pesquisa de Leão (2017), cita uma situação em que o sexismo se evidencia na fala dos colegas:

Igual uma vez, nossa turma estava numa competição de educação física, uma gincana que eles fizeram, aí por exemplo tinha uma turma que a gente competiu que a maioria era menino. Aí eles falaram vocês não deviam tá aqui vocês deviam estar lavando louça dobrando lençol. (Fala de Talita, estudante de Hospedagem, em LEÃO, 2017:83).

Tanto Leão (2017: 83) quanto Lopes (2016: 77) evidenciam que quando meninos e meninas estão em cursos que representam redutos do outro sexo, eles e elas sofrem com representações estereotipadas, construídas a partir, inclusive, da normatividade heterossexual.

Bruno, sujeito de pesquisa de Leão (2017:84), é um estudante do curso de Hospedagem e um dos recortes de sua fala transparece o preconceito: “[...] mas tem “zuação” do tipo, dobra a toalha, a não sei o quê até chega ao ponto de falarem ‘ah, curso de gay’. Existe esse tipo de coisa sim”. Diego, também sujeito de pesquisa de Leão (2017), discorre sobre o preconceito que atinge meninas e meninos do curso de Hospedagem:

É um preconceito diferente das meninas de hospedagem. Os meninos são vistos tipo como (...) muitos acham que são gays, como se isso fosse um problema como se fosse um defeito. E às vezes não são muito integrados nos grupos. Com as meninas já é um preconceito diferente eu acho, acho que muitos taxam elas de burras de alguma forma. E tem muitos casos de vê-las só como objeto para a satisfação dos meninos de outros cursos. (Fala de Diego, estudante de Hospedagem, em LEÃO, 2017: 85).

No estudo de Lopes (2016), Lívia, estudante de Mecânica, demonstra a associação feita pelo senso comum entre estudantes que cursam áreas hegemonicamente masculinas e sua orientação sexual

O aluno do CEFET ele entra aqui, principalmente mecânica, eu vi muito isso, até em mim. A gente entra querendo seguir um estereótipo e eu acho que talvez a gente tente se encaixar nesse estereótipo. E no caso das meninas, espera-se que meninas de mecânica sejam mais masculinas, mais brutas, que elas tenham uma orientação sexual diferente das demais, que elas obrigatoriamente serão lésbicas, e daí que elas serão, sabe? (Fala de Lívia, estudante de Mecânica, em LOPES, 2016: 74).

Evidencia-se que, enquanto a análise das entrevistas de Leão o permitiu “inferir que apesar de uma educação sexista, provenientes da escola e da família, a escolha por uma formação técnica em hospedagem não se enquadra como produto dessa educação” (LEÃO, 2017: 8), os resultados de Lopes mostraram “deslocamentos e permanências na dinâmica das relações de gênero durante o acesso e permanência das meninas na Educação Profissional e Tecnológica” (LOPES, 2016: 11).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das diversas conquistas das mulheres no mercado de trabalho e no mundo acadêmico, inclusive em áreas pouco usuais de atuação feminina, os princípios organizadores da divisão sexual permanecem inalterados. Evidenciam-se pequenos deslocamentos e atitudes de enfrentamento e rompimento com padrões socialmente estabelecidos, mas, via de regra, elas continuam a traçar caminhos profissionais marcadamente diferentes dos seguidos pelos homens. No entanto, mesmo quando transgridem *o status quo*, as dificuldades de permanência e ascensão na carreira escolhida evidenciam segregações, desvalorização do trabalho feminino e a criação de guetos em funções precarizada e desqualificadas. Se isso não se dá de forma explícita é no universo simbólico que eles são desvelados em atitudes de silenciamentos e sexismo como evidenciados nas pesquisas apresentadas no presente artigo.

Discutir as relações de gênero, tanto no universo educacional, quanto no trabalho, são imprescindíveis para a compreensão dos embates, deslocamentos e permanências existentes entre homens e mulheres na sociedade, que embora antigos, ainda permanecem em todas as sociedades conhecidas. Espera-se que este trabalho contribua na discussão acerca da condição feminina na educação profissional e no espaço produtivo, análise inseparável da inclusão da esfera doméstica. O debate teórico faz conexão dialética com as práticas sociais, e aí reside sua importância histórica e social.

Referências

BANDEIRA, LOURDES. *Três décadas de resistência feminina contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006*. Sociedade e Estado, v. 24, n. 2, maio/ago. 2009. P. 401-438. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v24n2/04.pdf>

BRASIL. IBGE. *Estatística de Gênero: uma análise dos resultados do censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

CISNE, MIRLA. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. 1 ed, São Paulo: Cortez, 2014

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Mulheres no mercado de trabalho: grandes números. In: Fundação Carlos Chagas. *Banco de dados sobre o trabalho das mulheres – trabalho feminino: séries históricas*, 2007

HIRATA, HELENA. *A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho*. Sociologias, Londres, ano 11, n. 21, junho 2007. P. 24-41. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/8854/5097>>. Acesso em: 19/12/2016.

HIRATA, HELENA; KERGOAT, DANIELE. *Novas configurações da divisão sexual do trabalho*. Cadernos de pesquisa, v. 37, n. 132, set/dez. 2007. P. 595-609. Disponível em: <<http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>>. Acesso em: 26/04/2017.

INEP. *Censo da Educação Superior 2010: divulgação dos principais resultados do Censo da Educação Superior 2010*. Brasília: INEP/Ministério da Educação, 2011.

IPEA. *Trabalho para o mercado e trabalho para casa: persistentes desigualdades de gênero*. Comunicados do Ipea n. 149. Brasília: Ipea, 2012

LEÃO, DANIEL. *Masculinidades e feminilidades: representações sociais de gênero de jovens do curso técnico de Hospedagem – CEFET-MG*. 2017.99 f. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica– Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais). CEFET-MG, Belo Horizonte.

LOPES, SABRINA. *Relações de gênero e sexismo na educação profissional e tecnológica: as escolhas das alunas dos cursos técnicos do Cefet-MG*. 2016. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais). CEFET-MG, Belo Horizonte.

OLINTO, GILDA. *A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil*. Inc. Soc., Brasília, DF, v. 5, n. 1, jul/ dez 2011. P. 68-77. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1667>>. Acesso em: 26/04/2017.

SOUSA, LUANA PASSOS DE; GUEDES, DYEGGO ROCHA. *A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década*. Estudos avançados, v.30, n. 87, 2016. P. 123-139. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v30n87/0103-4014-ea-30-87-00123.pdf>>. Acesso em: 25/01/2017

GENDER SILENCE AND SEXISM IN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION

Abstract: Data from Demographic Census of the IBGE (2014) demonstrate that, although women have more schooling than men, women's choices for certain areas of action, to the detriment of others, give rise to a phenomenon called "horizontal exclusion", in which the presence of women in technological areas is inexpressive. In turn, since the most prestigious professions and remuneration in the labor market are those in the most technologically advanced areas, the low participation of women in these sectors entails another phenomenon of inequality, the "vertical exclusion", in which women's incomes fall short compared to men's and they hardly reach levels of prestige and power in careers. Adopting the concept of gender proposed by Scott (1986), as a relational category, and having as units of analysis, Technical Courses at the Federal Center of Technological Education of Minas Gerais (CEFET-MG), this article, derived from a Master's in Education research still in progress, problematizes and seeks to identify and analyze, according to students' perceptions,

gender relations and sexism present in Professional and Technological Education. Drawing on the prerogatives of Hirata and Kérigoat (2007), in which the asymmetrical and antagonistic relations between men and women have their material basis in the sexual division of labor, it seeks to overcome the phenomenological analysis and the symbolic perspective of these differences, which are coated with inequalities between genders.

Keywords: Gender relations. Technological Education. Sexual division of labor